
RESENHAS

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS: ESPAÇOS DE MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS

José Carmelo Braz de Carvalho, Hércio Alvin Filho, Renato Pontes Costa (orgs.)
Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2005, 288p.

Movimento social que ganha projeção nacional a partir do final dos anos 90, os chamados cursos pré-vestibulares comunitários – CPVCs – para alunos carentes, negros e/ou oriundos das escolas públicas são o tema de recente livro organizado por professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. A instituição, uma das universidades pioneiras na parceria com os CPVCs, ao completar uma década de trabalhos conjuntos, realizou a “1ª Jornada Pedagógica com os CPVCs Parceiros”, em outubro de 2004. Em 2005, essa experiência transformou-se no livro que ora comentamos, o qual reúne instigantes artigos que se propõem a auxiliar os educadores dos CPVCs, assim como seus pares nas universidades, especialmente quanto aos desafios pedagógicos trazidos pelo ingresso de estudantes com um novo perfil no ensino superior. Sua leitura também é recomendada a todos os interessados em conhecer mais a respeito da experiência dos cursos pré-vestibulares comunitários e da tensão que provocam no sistema educacional brasileiro, em particular no ensino superior.

Estima-se que existam hoje 2 mil CPVCs espalhados pelo Brasil, abrangendo um universo de, provavelmente, 100 mil estudantes. O impacto desse movimento no ensino superior pode ser percebido nas reivindicações pela isenção das taxas de inscrição para o vestibular,

na defesa de políticas de ação afirmativa e do sistema de cotas ou na concessão de bolsas de estudo, como vem fazendo o Programa Universidade para Todos – Prouni. Diante de um contexto de expansão do ensino médio, de um mercado de trabalho retraído e de exigências cada vez maiores de qualificação profissional, a pressão pela ampliação de vagas no ensino superior tem sido intensa. Contudo, diferentemente da classe média dos anos 60, absorvida pelo ensino privado, os estudantes de hoje frequentaram majoritariamente escolas públicas e não têm condições de financiar seus estudos universitários ou cursos preparatórios para o vestibular.

Para que se tenha uma idéia das dimensões assumidas pelo movimento dos cursos pré-vestibulares, dos cinco alunos oriundos de CPVCs que receberam bolsas da PUC-Rio em 1994, passou-se, em 2005, a 715 alunos, ou seja, 18% do total de seus estudantes. Entretanto, apesar da relevância alcançada pelos cursos comunitários e do contexto de crescente pressão e busca de soluções para a ampliação e democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, pouco se sabe sobre o funcionamento, as propostas e a estrutura dos CPVCs. Nesse sentido, não apenas a organização de um livro sobre essa temática, como a iniciativa de reunir diferentes grupos dos CPVCs para debater sua atuação, são extremamente pertinentes e chegam em momento oportuno.

Privilegiando o olhar pedagógico sobre os CPVCs, a obra estrutura-se em um conjunto de reflexões acerca de seus processos de ensino-aprendizagem, metodologia, didática, currículo e formação docente sem, contudo, reduzir o trabalho por eles realizado à mera aprovação dos alunos no vestibular. Pela forma como o

debate foi organizado, em cada tópico são registradas as posições de especialistas na área e de educadores e coordenadores dos CPVCs, conseguindo o livro estabelecer um rico diálogo entre a academia e o movimento social. Vale mencionar que essa articulação se deu desde a organização da Jornada e de suas mesas de debate.

A experiência de cursos preparatórios para os exames de ingresso em universidades brasileiras não é uma novidade no país. Em 1963, Jaime Abreu identificou a existência de 51 cursos funcionando no Estado da Guanabara, sendo 27 particulares, 14 sob responsabilidade de diretórios acadêmicos e 10 administrados pelas faculdades, com alguns cursos gratuitos para alunos carentes. Além disso, observou que na faculdade de Medicina quase a totalidade de seus candidatos (89,4%) realizaram um curso preparatório. Contudo, o que chama a atenção nos CPVCs dos anos 90 são as dimensões assumidas por esses cursos preparatórios, sua rápida expansão, o público com o qual trabalham e o papel central que têm ocupado no debate educacional e na pressão por igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

O próprio Ministério da Educação anunciou, em janeiro de 2006, que irá destinar R\$ 3,4 milhões aos CPVCs, por meio do Programa Diversidade na Universidade. Será essa institucionalização um dos objetivos dos CPVCs? Isso não os descaracterizaria como movimento social? Antes de serem transformados em políticas públicas, não seria necessário avaliar qual sua eficiência na aprovação de alunos nas Instituições de Ensino Superior – IES? Ainda que seus objetivos não se restrinjam à preparação para o vestibular, como ocorre nos cursos comerciais, esse não deixa de ser um objetivo importante, inclusive para atrair e motivar os alunos. Mas terão os CPVCs condições de contribuir pedagogicamente para a for-

mação dos estudantes que os procuram, ou seu trabalho estaria mais voltado para a conscientização política e cidadã de seus membros? Debatidas em diferentes momentos do livro, essas questões explicitam, também, uma tensão presente nos próprios CPVCs.

Ao descrever, no primeiro capítulo, os principais resultados de um *survey* realizado com educadores e coordenadores dos CPVCs durante a Jornada Pedagógica, José Carmelo B. de Oliveira permite que se conheça um pouco mais sobre esses cursos e alguns dos dilemas que enfrentam. Em termos de sua organização, observou-se que a maioria deles baseia-se no trabalho voluntário, sendo oferecida aos educadores apenas uma ajuda de custo para transporte e/ou refeições; não possui um espaço físico próprio e tem alta rotatividade de educadores e estudantes. Em relação ao perfil de seus educadores e coordenadores, constatou-se que a maioria era jovem (45,3%), mulher (63,4%), com curso superior incompleto (50,8%) e pouca experiência na docência (64,8%). Ou seja, são ainda estudantes universitários, em processo de formação, alguns recém saídos dos CPVCs na condição de alunos. Percebeu-se, também, que apesar de as referências a Paulo Freire serem freqüentes, dentro de um mesmo curso ou núcleo as concepções e abordagens pedagógicas eram muito heterogêneas, por vezes até antagônicas. Tal aspecto é reforçado pela inexistência, na prática, de uma coordenação pedagógica na grande maioria dos CPVCs (80%).

Na definição sobre o modo de organização e funcionamento de um movimento, há sempre uma equação de perdas e ganhos sobre as escolhas que se faz – a opção por maior autonomia, mobilidade de ação ou mesmo capacidade de expansão implica, em certos casos, abdicar do apoio financeiro por parte do poder público, posição defendida por alguns CPVCs. Nesse sentido, uma das principais contribuições

trazidas pelo livro é a análise sobre os limites e possibilidades da ação desses cursos com base em sua organização.

Em artigo no qual discute a formação docente nos CPVCs, Vera Candau observa, por exemplo, que, apesar de esses cursos situarem-se em um horizonte político-social progressista, na prática utilizam estratégias pedagógicas conservadoras e tradicionais. Sem esquecer a pluralidade de experiências e a importância do trabalho desenvolvido pelos CPVCs, chama a atenção para o fato de que as fragilidades quanto aos aspectos didáticos e de formação de seus educadores podem-se contrapor aos objetivos que defendem. Entende que ambas as competências, tanto política quanto técnica, são necessárias, reforçando a articulação entre as diferentes dimensões do processo educativo. Essa preocupação é também compartilhada por dirigentes dos CPVCs. Nas palavras de Renato Emerson, ex-coordenador do PVNC, é preciso superar o binômio conscientização política e treinamento para o vestibular ainda presente nos cursos, por meio da construção de um projeto pedagógico emancipatório, o que, por sua vez, requer a definição de um projeto político de sociedade.

Apesar do complexo quadro apresentado, o debate caminhou na promissora direção de se estimular maior aproximação e articulação entre movimento e universidade, em que foram discutidas maneiras desta última auxiliar os cursos e possivelmente seus futuros alunos, naquilo que lhe é próprio, ou seja, em sua função de instituição formadora. Os cursos pré-universitários comunitários têm constituído espaços de formação universitária para vários alunos da PUC-Rio que atuam como seus educadores. Por que não incorporar esse trabalho nos estágios e nas práticas de ensino da universidade, como sugere Vera Candau? Ou desenvolver, por meio da Faculdade de Educação ou de núcleos de estudos, como o Núcleo de Edu-

cação de Adultos –Nead –, projetos de extensão junto aos CPVCs? São várias as possibilidades de trabalho. Algumas propostas são sugeridas ao final do livro, quando da análise de uma agenda proativa para ambos os atores envolvidos.

No entanto, vale observar que essa não é uma via de mão única. Discute-se não apenas a atuação dos CPVCs, mas também a própria universidade, que tem sido chamada a se repensar. Se hoje uma instituição universitária como a PUC-Rio é co-promotora e organizadora de uma Jornada Pedagógica sobre os CPVCs, isso ocorre porque, de modo incisivo e persistente, esse movimento também tem trazido questionamentos sobre a forma de organização das instituições de ensino superior – IES –, a começar pelo seu processo seletivo, as dificuldades de transição entre o ensino médio e o superior, em parte influenciadas por um currículo nem sempre aberto aos diferentes saberes e universos culturais de referência dos alunos. Ou seja, parte-se do pressuposto de que as universidades não são meras receptoras passivas de alunos.

Como sujeitos, conscientes da ação que desenvolvem, os educadores e coordenadores dos CPVCs têm construído experiências riquíssimas com os alunos. No Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC – e na rede de Educação e Cidadania de Afro-Descendentes e Carentes – Educafro –, por exemplo, além das disciplinas de preparação para o vestibular, são oferecidas aulas de Cidadania, em que são discutidos temas como o racismo, relações raciais, direitos humanos e, trabalhadas a conscientização política e a identidade e auto-estima dos alunos.

Uma parte do livro é dedicada à reflexão desse tipo de atividade e ao relato de outros projetos e ações complementares realizados junto aos CPVCs, como os "Círculos de Leitura", as oficinas de cinema, projetos de educa-

ção-arte, programas de inclusão digital. Certamente essa não é a realidade de todos os CPVCs, mas ao incorporarem, por exemplo, o tema da consciência étnico-racial ao seu projeto pedagógico, esses cursos se colocam à frente de grande parte das IES, que não apenas desconhecem a Lei n. 10.639/2003, como não incluíram em seus currículos a história e a cultura afro-brasileira e africana.

Mas até onde vai o trabalho desses cursos comunitários? O que se pode esperar deles? De acordo com alguns de seus educadores e coordenadores, os CPVCs não se propõem a substituir o papel do Estado nem o da escola pública. Contudo, têm-se deparado cotidianamente com as conseqüências do mau funcionamento de ambos. É o que observa Fábio Mendes, coordenador do setor de universitários da Rede Educafro, ao constatar que os alunos que chegam aos CPVCs, especialmente nas disciplinas de Física, Química e Matemática, em muitos casos, desconhecem completamente seus conteúdos básicos, pois nunca chegaram a estudá-los em suas escolas.

Ou seja, o que se exige não é apenas uma preparação para o vestibular; os cursos têm sido procurados para sanar as deficiências na própria formação básica de seus alunos. A situação tem sido denunciada pela Educafro, en-

tretanto, considerando os milhares de alunos dos CPVCs que já concluíram o ensino médio, o que é possível fazer? No curto prazo, como os professores podem trabalhar com esses alunos? O uso de sistemas de ingresso ao ensino superior alternativos ao vestibular, como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, poderia atenuar essa situação?

Ao discutirem seu papel e o próprio futuro dos CPVCs, os educadores e coordenadores desses cursos entendem que a existência deles não exclui a necessidade de outras ações que definam mecanismos mais eqüitativos de ingresso e permanência no ensino superior. Debatem as chamadas políticas de ações afirmativas, o sistema de cotas em suas diferentes versões, os cursos de reforço e nivelamento vigentes em algumas universidades, além de um conjunto de outras possibilidades. A agenda é ampla e os caminhos ainda estão sendo delineados. O que se espera é que essa troca de experiências e reflexões sobre e com os CPVCs sirva para orientar a continuidade desse rico e polêmico debate e a definição de políticas para a área.

Sabrina Moehlecke

Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo
smoehlecke@yahoo.com